

**Memória da reunião do PDI**

**Campus Jaguarão**

**Memória da reunião do PDI realizada em Jaguarão no dia 24/09/18, das 9h às 12h e das 13h45 às 18h, no auditório do Campus.**

Foram registradas nessa memória as falas de: Maurício Aires Vieira (Vice-Reitor no exercício da Reitoria), Luís Hamilton Tarragô (representando a PROPLAN), Ana Cristina Rodrigues (Diretora), Paula Selbach (Coordenadora Acadêmica), Paulo de Tarso Irizaga (representando a PROPPI), Maria do Socorro (representando a EAD), Mauro Lemos (representando a PROEXT), Rafael Sais (representando a PROPLAN), Evelton Ferreira (PROAD), Sandro Burgos (PRAEC), Cátia Soares (NINA), Kátia Moraes (DAEINTER), Tiago Perez (PROPLAN), . Alessandro Bica (PROPPI), Viviane Gentil (PROGRAD), Piero Silva (DTIC), Marcela Wanglon (docente), Marta Pozzobon (docente), Caiuá Cardoso (docente), Lorena Telis (TAE), Charles Amaral (TAE), Andriele da Silveira (discente), Douglas Brum (discente), Cristiane Rodrigues (discente), Rafael Barbosa (discente), Jônatas (discente) e Maiara (discente). A abertura da reunião foi realizada com a fala do Pró-Reitor de Planejamento e Infraestrutura. Ele destacou a importância do momento e apresentou a dinâmica de trabalho. A Diretora do Campus agradeceu a presença de todos e apontou o histórico de amadurecimento do processo de planejamento no Campus Jaguarão. O Vice-Reitor, no exercício do Reitor, fez uso da palavra, reforçando que o PDI é um legado, pois se trata de um documento construído nessa gestão e passará por toda a próxima gestão. Por isso, é importante que todos participem e que deixem a sua contribuição. Luís Hamilton, reforçando a metodologia de trabalho destacou que esse PDI é completamente diferente dos anteriores, ainda mais pela cobrança que virá em relação às ações propostas para os próximos anos. Segundo ele, os órgãos de fiscalização terão um olhar mais aguçado em relação ao PDI em construção, como forma de fiscalizar com mais precisão o planejamento da Unipampa. Por isso, ele destaca que esse PDI deva ser factível e exequível, pois, caso contrário, haverá problemas para gerir a instituição. Diante dos cortes orçamentários, não há como planejar demandas que sejam de difícil realização. Abrindo o tema 1, perfil institucional, Luís Hamilton solicitou que os presentes ficassem à vontade para incluir pontos fortes, fracos etc. Luís leu o documento encaminhado pelo Campus Jaguarão, solicitando a cada leitura que todos participassem. Rafael, professor do Curso de História, destacou que a “questão da demanda regional” se choca com a questão da contradição do “descontentamento com os cursos na região”. Para ele, é preciso saber que tipo de contestamento é esse, pois não há como saber se é de origem local, pelo fato da comunidade não ter sido ouvida ou pelo próprio perfil dos cursos oferecidos. Luís explicou que os pontos fortes são de cunho institucional e as ameaças são de origem externa à Unipampa, por isso, ele não percebe como uma contradição na construção do documento. Por isso, ele sugere que tenhamos um espaço de diálogo para discutir o atual modelo de distribuição de cursos nas unidades. A diretora do Campus frisou que ela percebe uma contradição, pois é manifesto e formal o descontentamento da comunidade com os cursos ofertados, não com a qualidade, e sim com a diversidade de oferta. Na própria construção do texto diagnóstico do Campus foi registrado internamente a preocupação com a oferta de novos cursos. Para ela, é preciso analisar a questão de cursos que são oferecidos em outra unidade e que poderiam ser oferecidos em campi diversos. Ficou ajustado que é uma falta da instituição um espaço de diálogo em relação à oferta de cursos. Andriele, estudante de História, destacou que propor ampliação de cursos é perigoso diante do fato de que há carências nos atuais cursos, além disso, quanto mais cursos, menor será a possibilidade de atender a demandas importantes, como por exemplo, a assistência estudantil. Para a diretora é importante discutir nova oferta e redimensionamento de cursos, pois é importante distinguir essas duas linhas de ação. Luís destacou que é necessário construir o debate sobre a abertura consciente de cursos (ou redimensionamento) para constar no novo PDI, pois ele tem abrangência de cinco anos e a economia poderá melhorar, por isso, precisamos registrar demandas que sejam possíveis de realização nos próximos anos, prevendo mais de um cenário factível. Rafael Sais questionou sobre “quais dimensões de avaliação não estão no PDI” e o número de comissões. A diretora destacou que é muito grande o número de comissões e quanto às dimensões de avaliação ela destacou, por exemplo, a acessibilidade e EAD não estão completamente contemplados no processo avaliativo do PDI. O professor Rafael destacou a respeito do tema “humanidades” discutindo a questão da evasão e os motivos pelos quais o aluno abandona os estudos. No caso de Jaguarão, com três cursos de Licenciatura, há a dificuldade diante das mudanças legais que impactam a demanda de interesse dos alunos. Há, para ele, um problema de conjuntura política que resulta na menor busca pelos cursos e na própria evasão. Luís destacou que o Campus Jaguarão será o primeiro campus com a sua estrutura física pronta para atender a demanda, por isso, houve o registro disso como um ponto forte. A professora Paula, Coordenadora Acadêmica, colaborou afirmando que há uma preocupação com a UAB e com as questões de articulação com o Campus, por isso é preciso uma política que ratifique se a EAD é do Campus, revisando fluxos e formas de atendimento diante da particularidade do ensino a distância. A Diretora destacou que a questão processual que envolve a EAD e a abertura de cursos já chegou no Consuni, de forma que ela compreende que há um avanço nas discussões sobre o espaço da EAD na Unipampa. A professora Maria do Socorro respondeu que os estágios para EAD já estão contemplados na nova resolução e a aluna com necessidades especiais já está sendo atendida, sendo que já há um trabalho de adaptação do material para ela. Maria do Socorro finalizou afirmando que nos moldes constituído ela se posicionou contra a abertura de História EAD, conforme já havia se manifestado anteriormente. A Coordenadora Acadêmica lembrou que precisaremos discutir bem a forma de atendimento da demanda EAD, pois hoje há uma nova demanda na Secretaria Acadêmica. O Vice-Reitor destacou que é preciso diferenciar a EAD institucional dos demais cursos EAD, pois são situações, metodologias e demandas diferentes. Para ele, depois desse primeiro momento da trajetória da EAD na Unipampa, será preciso rever os passos dados, a dinâmica de atendimento e outras peculiaridades que envolvem essa modalidade de ensino. Ele finalizou lembrando que a EAD fomentada via edital é diferente da EAD institucional. O aluno Douglas questionou sobre a questão orçamentária envolvendo EAD pelo fato de não ficar bem clara a forma de transparência orçamentária. Para Luís Hamilton, respondendo ao aluno, é preciso que a política sobre EAD contemple a todas as unidades. Quanto ao orçamento, ele explicou que o EAD institucional é bancado pela Unipampa, quanto à UAB, a Unipampa recebeu via CAPES, que permitem gerir boa parte das demandas EAD, mas há um engessamento por parte da CAPES, pois não é permitido, por exemplo, adquirir itens importantes para o andamento dos cursos. Segundo O Pró-Reitor de Planejamento, a Unipampa pode utilizar os valores repassados, mas o orçamento não é dela, e sim, do órgão de fomento. Para Luís Hamilton, ficou claro que a Unipampa carece de políticas, pois só o registro no PDI de ações não será a solução. Maria do Socorro destacou que em 2016 foi construído o documento que será discutido no Consuni. O Vice-Reitor colaborou que a política proposta por Luís Hamilton não poderia ser gestada antes, pois a EAD é recente na Unipampa, por isso, a partir de agora é possível se pensar em uma política de discussão sobre os rumos da EAD na Unipampa. Jônatas, do Curso de História, colaborou afirmando sobre a proposição do grupo de trabalho no Consuni a respeito da EAD. Segundo ele, nenhum curso poderá ser aberto sem que esse grupo tenha concluído o seu trabalho. Com isso, permitiu-se que houvesse a reflexão e um freio na oferta de cursos (principalmente EAD) sem dimensionar os seus impactos. A diretora reforçou a questão da oferta de vagas para fronteiriços, pois considera uma ótima oportunidade, mas há de se repensar a questão do Curso de Pedagogia que não possui equivalente/reconhecimento como curso superior no Uruguai. O Vice-Reitor colaborou destacando que o curso é ofertado para estrangeiros, logo, ele entende que deverá ser pensado em um ingresso de caráter binacional. O aluno Douglas destacou que houve problemas com a matrícula presencial de aluno cotista, pois houve gastos excessivos que poderiam ter sido evitados. Quanto ao ingresso de alunos com problemas financeiros ele sugeriu que fosse usado o cadastro único, pois isso permitiria o ingresso mais rápido dos alunos com vulnerabilidade acadêmica, permitindo que os alunos continuem os estudos. A servidora Kátia, representando a DAEINTER, destacou que o CELFBRAS resultou de um processo longo de cadastramento e que a partir de 2019 será possível aplicar a prova que não será gratuita, pois ela é de certificação internacional. O aluno Douglas frisou que a proposta de “feira” é no sentido de dialogar com a comunidade, pois a instituição parece uma ilha em relação à cidade de Jaguarão. A Professora Marcela, do Curso de Letras, colaborou solicitando que seja pensada uma política sobre igualdade de gênero e a respeito da homofobia, pois ela não visualizou no diagnóstico ou em outros documentos congêneres essa discussão. Mauro, representando a PROEXT, destacou que haverá o fórum de igualdade de gênero em Bagé e em outros campi, e concorda que deva ser contemplado no PDI essa discussão. Para a aluna Andriele o próprio Centro de Interpretação do Pampa é um exemplo de falta de organização e da própria ausência de diálogo com a comunidade, pois nem a comunidade do Cerro da Pólvora foi consultado se queria aquela demanda. Rafael Sais questionou o ponto fraco “estrutura organizacional[...] para atender EAD”. Charles Amaral, TAE participante da Comissão de Elaboração do Diagnóstico, respondeu que há setores com déficit de pessoal e diante da demanda atual e da possibilidade de aumento de demanda foi considerado um risco para o bom atendimento e andamento do trabalho. Tiago, da PROPLAN, colaborou afirmando que os cursos de licenciatura de Jaguarão possuíam uma demanda grande em 2016 e isso parece ter mudado, por isso ele questionou se não deveríamos apontar quais os pontos/evidências para criação de novos cursos, apontando como a comunidade se manifestou para apontar a sua contrariedade com os cursos atuais. O Vice-Reitor reforçou que a Unipampa possui um dos maiores quadros de servidores TAES em relação ao número de docentes e alunos. Diante disso, é preciso aperfeiçoar o fluxo dos processos de modo a não sobrecarregar setores, pois não haverá a nomeação de novos servidores diante de desafios que poderão surgir a cada nova proposição da Unipampa. O ideal, é a adequação diante da nova realidade que surge, pois o simples expediente de solicitar mais servidores deverá ser muito bem pensado. A diretora destacou que essa reflexão é importante, mas ela entende que é preciso ficar bem claro para os campi quantos TAEs, por exemplo, trabalham atualmente na Reitoria. Ela frisou que a discussão sobre o Regimento do Campus permitirá redimensionar o quadro de servidores, permitindo que seja possível atender à demanda, mas destaca que a Secretaria Acadêmica precisará de um olhar diferenciado, pois os serviços atuais e os previstos futuramente impactarão o trabalho do setor. Ela respondeu ao questionamento de Tiago, apontando os motivos pelos quais foi inserido no diagnóstico o pedido de novos cursos pela comunidade. Destacou que a Unipampa não pode perder alunos para uma instituição privada EAD e frisou que a própria comunidade investe/valoriza mais instituições privadas do que a Unipampa. O aluno Douglas concordou que é preciso levantar com mais precisão o diagnóstico interno e externo a respeito da própria oferta de cursos, de modo que permita rever o planejamento de cursos, vagas discentes, docentes e de TAEs. A aluna Andriele completou que é preciso um posicionamento político e que usar a EAD como um modo de ampliar o orçamento não é o ideal e o fato de apenas se adaptar ao novo cenário é uma forma de aceitar passivamente o cenário, pois isso vai acarretar na pressão sobre os próprios servidores. Kátia, DAEINTER, destacou que há convênios com instituições e citou como exemplo o convênio com bolsas do SANTANDER que tiveram apenas seis inscritos e que só fará sentido o investimento com o trânsito de estudantes entre as instituições e países. Paulo de Tarso, representando a PROPPI, destacou que é importante valorizar o trabalho dos Coordenadores de Curso e completou que as atividades das Secretarias Acadêmicas foram previstas e quando da proposição de algum curso, há a consulta prévia aos campi e eles possuem um tempo hábil para se preparar para a nova demanda. Entretanto, quando do segundo ciclo de criação de cursos não houve o cuidado com o aumento de serviço das Secretarias, mas com o quantitativo de servidores para laboratórios parece, segundo Paulo, houve essa visão estratégica. Por isso, recomenda que haja o redimensionamento e a capacitação dos servidores, de modo que o servidor consiga atender a demandas específicas e que sirva de apoio a todos os coordenadores que passarem pelas coordenações. Luís Hamilton lembrou que com o SIORG será possível visualizar e organizar a matriz de servidores da Unipampa. Ele reforçou que de fato a Unipampa possui o maior número de técnicos por aluno e que o percentual de valores orçamentários repassados à Unipampa está atrelado ao quantitativo de alunos. Ele frisou que é vital repensar a Unipampa, pois, por exemplo, era comum se abrir um curso já com 50 vagas, sem estudo de mercado e depois se percebia que o curso por mais de três anos matriculava em torno de 30, 40 alunos. Para ele, seria muito melhor ter aberto o curso com 30 vagas e depois, conforme a demanda, ir ampliando o número de vagas. Destacou que a falta de valores orçamentários é real e que as instituições que não se adequarem sofrerão com a fiscalização dos órgãos de controle e com o próprio planejamento. Ele complementou que ainda há servidores que não conseguem compreender o cenário e por isso, sugere que todos devam participar efetivamente da gestão da Unipampa. Cristiane, discente de Turismo, destacou que não há um diálogo para que as pessoas sintam-se motivadas a estudar em uma pós-graduação. Charles Amaral, em relação ao orçamento e a sua distribuição, explicou que não há especificação específica na pós-graduação. Ele citou, por exemplo, o caso de pós-graduação do Campus que pelo fato de ter professores de outros campi, sofre para conseguir a oferta de transporte para esses colabores. A Coordenadora Acadêmica destacou que o mestrado profissional, ao contrário do que se pensa, não é inferior ao acadêmico, pois o profissional atende a um público e a uma demanda crescente. A professora Amanda colaborou afirmando que o ingresso na pós-graduação está sendo avaliado, de modo que permita mudar o público-alvo. Paulo de Tarso, a respeito da distribuição de orçamento via PROPPI destacou que a forma de distribuição dos recursos procura atender a especificidade de cada curso. Se faltou o atendimento a alguma demanda, é possível que o curso não tenha demandado com precisão o que seria necessário. Às vezes, segundo Paulo de Tarso, é possível remanejar e atender a essa demanda, mas o ideal é que seja feito um planejamento o mais próximo da realidade. Alessandro Bicca, representando a PROPPI, colaborou que, por exemplo, há um evento que não estava previsto e diante do fato que ele seria importante, houve o remanejamento de rubrica para atendê-lo. Charles Amaral, concordou que são importantes as reuniões para discutir a distribuição dos valores para a pós, mas ele compreende que precisamos de uma visão nova e um maior detalhamento da distribuição dos valores. A diretora, respondendo a aluna Cristiane, destacou que o campus foi o que mais ofertou especializações à comunidade. O Vice-Reitor colaborou afirmando que é um caso de sucesso a proposição de doutorado no Campus, mas ele entende que é possível propor mais dois cursos de doutorado no Campus, por isso é importante que os outros cursos/áreas se manifestem e se organizem. Maria do Socorro lembrou que o mestrado em rede em educação e tecnologia e destacou que a Unipampa é polo associado e a proposta já foi encaminhada a CAPES. A Coordenadora Acadêmica destacou que o número de alunos interessados na pós-graduação (mestrado profissional) caiu consideravelmente, por fatores envolvendo a questão financeira dos candidatos, o incentivo das empresas em liberar os colabores para estudar e, caso seja cobrado para estudar na pós, é grande a chance de fechamento do mestrado. A professora Marta sugere que a estratégia voltada para os fronteiriços não poderá ser pensada para 2020 e sim, para 2019. Piero, do DTIC, destacou que o modo de trabalho deles é por cliente, se há uma demanda de graduação, o cliente é a PROGRAD. Por isso, o ator que levará a DTIC a visitar os campi para ver a realidade dos programas de pós deverá ser a PROPPI. A professora Marta solicitou que ficasse registrado que é preciso ficar bem claro o trâmite burocrático para que um aluno do Uruguai possa estudar na Unipampa. A professora Kátia, representando a DAEINTER, lembrou que o ideal é considerar o aluno como estrangeiro e não como fronteiriço. Por isso, é importante que o aluno-candidato tenha um convênio que facilite a tramitação de documentos, fora isso, é possível a validação de diploma é possível na Unipampa, entretanto, a validação no país de origem foge ao controle da Unipampa. Paulo de Tarso registrou que os alunos estrangeiros contam pontos para a internacionalização da Unipampa, sendo que a revalidação deverá ser norteada pelas leis vigentes. Maria do Socorro destacou que no SIEPE haverá uma representação da UDELAR e esse momento será oportuno para o debate a respeito dos alunos oriundos dos países vizinhos. Por fim, Kátia reforçou que todos os convênios estão listados na página da DAEINTER e que a tramitação de um convênio é de, normalmente, dois meses. A diretora frisou que, no tocante a CPA, ela deveria se tornar um setor específico da instituição, de modo a poder receber o apoio de servidores que possam subsidiar o trabalho da comissão. Além disso, ela salientou que é preciso que haja uma maior visibilidade e retorno do processo avaliativo, de modo a fazer com que todos os envolvidos e a comunidade perceba o que está sendo feito. Rafael, estudante de História, levantou a questão a respeito do PASP e solicitou que fosse acrescentado como ponto forte se ele agisse de forma satisfatória, pois o bolsista que atua muitas vezes têm dificuldades, como a falta de didática para ajudar aos alunos, por isso seria o ideal que eles fossem capacitados. Andriele questionou o fato de que a mulher quando entrar em trabalho de parto deverá sair da Casa do Estudante, o que para ela seria uma incoerência, pois a instituição deveria zelar pelo acesso das mães, inclusive com bolsas para auxílio em creches, destacando que a PRAEC foi cobrada a respeito disso. Rafael também destacou que falta capacitação aos servidores do NINA. A Coordenadora Acadêmica respondeu que tanto o NINA quanto o PASP passam pelo NuDE, mas o ideal é que a visão seja mais ampla sobre o problema, pois caso contrário passa a sensação de que o monitor atua sozinho. Por isso, é preciso rever a forma de atuação e de retorno do trabalho ofertado pelo NuDE. A Diretora destacou que na UFSM as mães podem continuar na moradia estudantil com os filhos recém-nascidos e, portanto, cabe a reflexão a respeito. Quanto à creche dentro do campus há experiências em outras IFES, mas por proibição legal as universidades não podem mais ofertar esse serviço dentro das suas dependências. Por isso, o caminho encontrado é a parceria com o governo municipal, responsável pela educação infantil, como forma de atender a essa demanda por vaga em creche. Fora isso, a brinquedoteca tem sido um espaço muito útil para que as mães possam frequentar as aulas, por isso há a necessidade de manter e ampliar o número de bolsas para que possamos receber as crianças. Viviane, PROGRAD, colaborou a respeito do acompanhamento feito pelo NuDE, frisando que os servidores desse setor cumprem tarefas de administração. Ela citou, por exemplo, que o Pedagogo realizada atividades de apoio pedagógico e não na esfera psico-pedagógica. Além disso, destacou que um psicólogo não atuaria como se estivesse em um consultório, pois o código de vaga dele não prevê tal atribuição. A Coordenadora Acadêmica concorda que é preciso rever a política institucional a respeito do atendimento aos alunos com necessidades especiais. Andriele ressaltou que é importante manter nas estratégias do PDI o atendimento às mães, pois é um público que ainda não foi contemplado a contento pela Unipampa. Sandro Burgos, representando a PRAEC, respondeu que está sendo realizado contato com a UFSM a fim de ver a melhor maneira de atender a questão das mães e em breve haverá um retorno a respeito. Cátia, representando o NINA, destacou que o aluno deveria chegar na instituição já com o seu laudo pronto, pois a responsabilidade da Unipampa é com a educação e não com a saúde. Ela destaca que a Unipampa não poderá produzir laudo, pelo simples fato de que não há servidor qualificado legalmente para tanto. Dessa forma, a Unipampa procura articular políticas com outros órgãos, a fim de sanar esse problema. O aluno Douglas destacou a qualificação do discente que atua no NINA e NuDE, pois há também déficit de material e espaço físico para atender ao aluno. Para ele, a inclusão não se restringe apenas a matricular o aluno especial. Além disso, a questão do laudo deverá ser pensada, pois as pessoas são carentes e, também, por falta de informação básica, chegam à Unipampa sem qualquer atendimento anterior. O aluno Rafael colaborou apontando que falta um instrumento de avaliação mais consistente que permita perceber se o bolsista NINA ou PASP atuou de forma qualificada e produtiva. A aluna Andriele destacou que, com a casa do estudante e o acadêmico II, haverá a carência de terceirizados e mesmo que os alunos precisem de mais segurança, eles não querem que os terceirizados sejam penalizados. Além disso, ela questionou o motivo pelo qual os terceirizados não foram convidados para a reunião, uma vez que eles fazem parte da instituição. A aluna Maiara destacou que deverá haver manutenção nos prédios, além da casa do estudante, pois ela considera isso o básico. Para ela, precisa prever no orçamento a manutenção de todos os prédios. Lorena, Assistente em Administração, destaca que não é só ter manutenção, e sim valor disponível para a aquisição de novos equipamentos. Ela citou, respondendo a aluna Maiara, que quanto aos datashow houve problema com a empresa que não entregou as lâmpadas previstas que agora se encontram em outro campi esperando uma carona para que possamos fazer a devida troca. Além disso, ela destaca que os valores destinados a manutenção findam por sempre envolver os mesmos gastos, o que ocasiona um flagrante caso de desperdício, pois não sobre para outras importantes manutenções. A aluna Andriele solicitou que fosse incluído nas ameaças a inviabilização do uso da Casa do Estudante pelo fato de que não está prevista a aquisição de colchões, mobílias etc. Além disso, ela solicita que fique claro por parte dos gestores que os terceirizados não serão sobrecarregados quando da abertura da Casa do Estudante. Evelton, representando a PROAD, destacou que os terceirizados e os próprios fiscais do contrato são orientados a fazer apenas o que está previsto no contrato. Quanto ao contrato de limpeza, conforme o campus recebe um prédio é feito o cálculo por metro quadrado para se apontar quantos terceirizados serão necessários. Depois disso, a PROAD verifica se há orçamento para atender à essa demanda. Para Evelton, os primeiros anos da Unipampa e a sua fartura financeira levaram a Unipampa a esquecer que a cada prédio construído deveria ter sido levado em conta os gastos com manutenção, terceirizados e equipamentos. Burgos, representando a PRAEC, questionou o aluno Douglas a respeito do trabalho dele e dos servidores da PRAEC. Luís Hamilton, respondendo aos alunos, confirmou que o gasto com manutenção do prédio da casa do estudante será do orçamento da Unipampa. Além disso, ele destacou que o orçamento de custeio não acompanha o orçamento destinado, portanto, será um desafio que deverá ser vencido com o trabalho de todos. A aluna Maiara destacou que falta uma fiscalização na qualidade da alimentação servidora no RU, faltam valores maiores para moradia, saúde e que a vinda do campus para Jaguarão não melhorou a saúde na cidade. A respeito da cultura, há o curso no campus, mas a burocracia emperra isso. Em relação aos esportes não há uma política, falta creche e o apoio pedagógico carece de mais qualidade. Ela não concorda com Burgos e afirma que não há todos os eixos atendidos. O aluno Douglas respondeu a Sandro Burgos afirmando que não é pessoal a crítica a ele, pois eles estão fazendo críticas ao pró-reitor que poderia ser qualquer pessoa. Ele afirma que o servidor Sandro assumiu uma responsabilidade, e mesmo que as bolsas estejam sendo ampliadas, não há qualidade nisso. Para ele, falta gestão no orçamento do PNAES, pois os alunos que devem ser amplamente contemplados estão sendo prejudicados. Sandro Burgos, respondendo em relação ao orçamento PNAES, afirmou que houve a necessidade de rever os valores, pois o valor encaminhado foi abaixo do previsto e que, portanto, tiveram que fazer os ajustes necessários. Sandro afirmou que não há como passar por todos os campi, sendo que a equipe de São Borja foi desconstruída e aos poucos está sendo construída em Bagé, tudo isso em virtude da Operação Bandejão. Burgos destacou que colocou o cargo à disposição quando considerou injusta a proposição de rever a subsidiação da alimentação. Foram distribuídos kits esportivos para os campi e desde 2016 já estava prevista revisão no valor da alimentação subsidiada, mesmo assim, a Unipampa resistiu o que pode para não prejudicar os alunos. Burgos fez questão de frisar que qualquer auxílio ou bolsa não contemplará a totalidade de despesas dos selecionados. Andriele destacou que não foi uma vitória da gestão algumas demandas conquistadas de forma coletiva, inclusive com pressão dos alunos. Raniele, aluno da especialização em ensino de história, questionou sobre os motivos pelos quais os alunos de pós pagam o valor integral. Sandro Burgos informou que há a previsão de recurso via PROPPI para os alunos de pós. Paulo de Tarso, representando a PROPPI, informou que a PROPPI decidiu manter para os cursos de mestrado e doutorado, pois são cursos que demandam mais tempo destinado aos estudos dentro da instituição. Por isso, para os alunos de especialização não há essa previsão, principalmente pelo fato de que são muitos alunos lato sensu. Bica, representando a PROPPI, lembrou que não há essa previsão orçamentária na PROPPI, pois ela se destina à pesquisa e inovação, atendendo de outra forma aos alunos de pós. O aluno Douglas propôs que fosse apoiada a questão da saúde mental dos alunos, ainda mais pelo fato de que os alunos são mais vulneráveis. Por isso, ele sugere que tenhamos projetos para se pensar a saúde mental, manifestações artísticas e o uso das instalações para fins de apoio motivacional, inclusive com fixação de cartazes em locais públicos. Burgos destacou que é possível atender via descentralização de recurso usar a rubrica do PAPE para que cada campi use da melhor forma para atender os anseios da comunidade. O aluno Rafael destacou que não há uma política no campus que trate da política de saúde mental, pois ele próprio está organizando um evento e ele entende que não deveria partir dele isso, e sim da gestão. Quanto à descentralização de recursos via PAPE, ele destaca que será uma boa iniciativa. A aluna Andriele destacou que em evento sobre a casa do estudante foi debatida a questão da saúde mental e por isso é relevante trazer para dentro do PDI essa discussão. O aluno Douglas acrescentou que o PAPE deveria ser repensado, e propôs que o valor destinado à alimentação de um aluno no RU seja realocado para custear a alimentação dele em um evento fora da Unipampa. Portanto, para ele, poderia ser feita uma exceção de modo que permitisse atender a esse tipo de demanda. Charles, destacou no documento sobre EAD, que o orçamento não contempla minimamente a demanda dessa modalidade de educação. Luís Hamilton confirmou que de fato não há valores destinados ao aluno EAD institucional, mas se isso for acordado deverá seguir o mesmo cálculo usado na divisão do orçamento por campi atual, que leva em consideração o número de alunos por campi. Luís solicitou que o campus Jaguarão discuta e responda se concorda com o método de descentralização dos recursos e se não concorda qual poderia ser a melhor forma de distribuição dos valores. Luís explicou que a partir da IN 05 é necessário comprovar a necessidade de um posto de trabalho ou de equipamentos dos mais básicos. Sem um estudo a respeito, é bem provável que não há como adquirir serviços ou equipamentos essenciais. Para ele, é preciso ter em mente que mesmo que o cenário da Unipampa tenha melhorado, ainda estamos longe do ideal, pois do valor de custeio pedido pela Unipampa, apenas 50% restou pactuado com o MEC. Segundo Luís, é iminente a possibilidade de que o MEC comece a avaliar o número de alunos formados como mais um índice para calcular o valor do orçamento. Se isso acontecer, haverá uma sensível diminuição no orçamento da Unipampa. A situação é preocupante em relação à infraestrutura, pois se entrega a obra, há o risco da fiscalização ambiental proibir o acesso ao prédio, se abandona a obra, o MPF atua no sentido de responsabilizar os gestores. Charles complementou em relação ao orçamento que seja qual for o modelo tem que ficar clara a estratégia de manutenção de todos os campi, mesmo reconhecendo que é difícil democraticamente chegar a um consenso. Luís informou que será apresentado um método aos campi e dentre outras novidades, será levado em consideração de que algumas unidades precisam receber atenção em virtude da sua fragilidade, mas que os campi serão cobrados a respeito das medidas que poderão ser tomadas para que o campus se desenvolva. O professor Caiuá destacou que ficou feliz com o fato de terem discutido EAD pela parte da manhã, mas ele faz uma provocação no sentido de que os campi que possuem licenciatura (historicamente atacadas no país) não são iguais aos outros. Para ele, as licenciaturas estão sendo atacadas pelo governo tendo em vista de que as instituições privadas estão absorvendo essa demanda. Sobre a pós, ele aponta que há uma procura grande dos alunos da especialização pelo RU. Para ele, está errada a política de subsídio, pois ela precisa ser melhor pensada. O professor questionou os benefícios com o REUNI, quais são os nossos problemas em relação à FEPAM, ao Cerro da Pólvora e por fim, sobre como é formado o valor de 59 milhões encaminho pelo MEC para custeio. Luís explicou que com o REUNI haverá uma melhora pelo fato de que receberemos em torno de dois milhões, sendo que antes não havia esse valor disponível. Segundo o Pró-Reitor de Planejamento, houve o incremento de dois milhões em projetos específicos. Em relação aos requisitos legais para uso dos prédios, apenas o Campus Livramento está com toda estrutura regular, apenas precisando atualizar a documentação conforme seja feita alguma modificação. Quanto à obra de reforma no Cerro da Pólvora atualmente a obra encontra-se paralisada por conta de pendência de pagamento de nota fiscal no valor de R$ 1.154.000,00 tendo como origem a segunda parcela de acerto de contas com a empresa contratada para realizar as obras. Que o processo de retomada da obra foi enviado para avaliação do IPHAN, Superintendência do Rio Grande do Sul, que analisa o Termo de Referência para contratação de empresa especializada na elaboração de novo projeto de restauro e reforma. Informou ainda que a instituição não possui recursos orçamentários suficientes para a retomada da obra. Que o orçamento institucional para o ano de 2018 corresponde a R$ 3.900.000,00 e que este valor esta sendo empregado na retomada ou manutenção de obras tidas como prioritárias. Que a atual gestão definiu em 2016 que nenhuma nova obra deveria ser iniciada sem a certeza de finalização das obras paralisadas. A retomada desta obra dependerá da disponibilidade orçamentária. Bica solicitou que os interessados em alocação de recursos para subsidiar a alimentação dos alunos da especialização que encaminhem um e-mail para a PROPPI que levará para a PRAEC a fim de discutir o assunto. Quanto às casas do estudante, Luís calcula que até dezembro será possível entregar duas, sendo a de São Borja e a de Jaguarão. Tiago ressaltou que o trabalho sem que ser embasado em evidências e fomentando uma política pública. O professor Caiuá afirmou que esse debate é feito seguidamente e não tem retorno efetivo. Para ele, o que precisamos de mais contundência nas discussões. Para Luís Hamilton, a Unipampa em algum momento deverá discutir a política de cursos que ela traçou e qual precisará traçar, quais mudanças de rumos deverão ser feitas e qual o modelo/perfil de universidade planejamentos oferecer à sociedade. encerrada a reunião, Ficou pré-pactuada a data de 05/10/18 para envio do diagnóstico final do Campus Jaguarão.